

FRENTE: FILOSOFIA

PROFESSOR(A): JOÃO SARAIVA

ASSUNTO: UM OUTRO OLHAR POLÍTICO

EAD – MEDICINA

AULA 12



Resumo Teórico

Introdução

O político e a política têm sido muito execrados nos últimos tempos no Brasil e chegamos ao ponto de questionar os dois, que são as pedras basilares da democracia moderna. O político encarna, pelo menos para a opinião pública, tudo o que há de ruim no país. E a política, como consequência desse padrão de opinião, é vista como algo sujo, não nobre, que pode ser descartado, de que não vale a pena participar.

Mas será que é verdade? Vamos começar com a política. Em uma democracia, é a política que faz a intermediação entre o que são público e o que é privado. Com isso, transforma o que o privado deseja – olhando a tendência da opinião e o atendimento da maioria – em interesse público. É a política, também, que fornece a esfera para a discussão dos problemas, a busca de suas soluções e permite, assim, que eles sejam de conhecimento da maioria, não ficando restritos a grupos de interesse ou aos que fazem parte do poder.

É neste momento que Governo e Oposição cumprem seu papel. O Governo, de um lado, preocupado em atender às demandas sociais. E a Oposição, de outro, mostrando os problemas existentes, chamando a atenção para eles e, com isso, transformando-os em questões públicas de que a política vai cuidar e procurar meios de atender e apaziguar estes clamores. Sem este exercício, no qual a política é fundamental, não teríamos democracia, pelo menos não como ela está estruturada hoje.

Já disse o sociólogo **Zigmunt Baumann** que a ditadura é o fim de toda política¹. Se não há espaço público para discussão, não há liberdade de opinião, de imprensa, de manifestação, o público acaba inteiramente colonizado por interesses privados, de grupos de interesse, ocupado pelos *lobbies* e afastando o cidadão, que sequer toma conhecimento do que se debate, apenas vê o que é decidido como um fato consumado. A democracia – que só existe mediante o exercício político – é o contrário disso. Nela, as coisas são abertas. E é esta abertura que permite o debate, a crítica, enfim, o exercício da política.

Em seu livro sobre o *Espírito das Leis*, Montesquieu argumenta que a natureza humana é individualista e egoísta. E, portanto, democracia e república seriam regimes inatingíveis em termos práticos, porque exigem que os interesses públicos estejam acima dos interesses privados. Logo, democracia e república só podem ser pensadas e efetivadas a partir de uma educação intensiva e extensiva capaz de superar o individualismo egoísta em prol da cidadania ativa.

Temos que reconhecer, porém, que a modernidade trouxe conquistas fundamentais como a valorização da subjetividade e da liberdade individual. Contudo, ainda não conseguimos equacionar a liberdade individual com a necessidade do exercício da cidadania e da constituição de uma esfera pública que viabilize a coexistência entre ética e política.

Se, por um lado, o modelo da representação política foi a única forma encontrada para viabilizar o retorno da democracia nas sociedades modernas, que já não podiam ou não queriam sustentar os altos níveis de envolvimento e participação na esfera pública, tal qual os antigos atenienses, quer pela carência de formação, quer pelos novos interesses em jogo, quer pela ascensão da importância da economia (reino da necessidade) que passa a subordinar a vida política (reino da liberdade).

Por outro lado, é preciso admitir que estamos em meio a uma crise da representação política, que coloca em questão o atual modelo das chamadas repúblicas democráticas liberais.

Vivemos uma era onde os direitos humanos e políticos conquistados a partir do século XVIII, não garantem os direitos sociais mais elementares para a grande maioria das pessoas.

No plano das relações internacionais, os recentes acontecimentos, como guerras de invasão, ações terroristas estatais ou não, desrespeito aos direitos humanos, nos demandam uma série de questões sobre o sentido do poder, da soberania, da democracia, da liberdade e da tolerância.

Entendemos, que o estudo das questões fundamentais da filosofia política, das principais correntes e dos seus autores, clássicos e contemporâneos, devem constituir-se como espaço fundamental a ser ocupado, e que pode contribuir com o debate sobre os possíveis sentidos da vida política.

O preconceito contra a política e a política de fato



¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

É comum que numa conversa sobre política se chegue, rapidamente, à conclusão de que ela nada tem a ver com a ética, em outras palavras, que o poder político e suas realizações não se conduzem por princípios e valores voltados aos interesses coletivos, mas sim, por interesses utilitários de ordem individual ou corporativa, do tipo: “Mas... o que eu ganho votando em fulano?”, ou “Votem em mim e eu lhes darei privilégios...”.

Essa é a percepção que o senso comum da sociedade tem da política, e seria profundamente ingênuo afirmar que a política não passa por esses descaminhos. No entanto, não é menos ingênuo e preocupante o fato de aceitarmos tão rapidamente essa perspectiva exclusivamente negativa da política como algo óbvio, natural e inelutável.

Em geral, as conversas sobre política enveredam por caminhos que podem parecer interessantes, mas que no fundo são pouco produtivos e frustrantes. Isso se dá porque, estimulados pelos acontecimentos e pelas notícias da imprensa, fazemos questionamentos e afirmações sobre a honestidade ou desonestidade dos políticos; sobre seus salários; negociações supostamente ilícitas; sobre os partidos; tendências; alianças questionáveis; sobre quem será candidato; sobre um projeto que está tramitando e suas possíveis consequências. Quase sempre estamos reproduzindo, diga-se de passagem, com poucos ou insuficientes dados e questionamentos, informações veiculadas pelos jornais, pelas rádios ou telejornais, e mesmo aquelas que circulam pela internet.

Em *O que é Política?*, a pensadora **Hannah Arendt**² escreve sobre a necessidade de avaliar os preconceitos que todos nós temos contra a política, decorrentes, em grande medida, do fato de estarmos alienados da vida política e de não sermos políticos profissionais.

Arendt estabelece duas categorias de preconceitos contra a política: no âmbito internacional – o medo de um governo mundial totalitário e violento; no âmbito local ou interno – a política é reduzida a interesses mesquinhos, particularistas e à corrupção³.

No instigante ensaio *A invenção da política*, o filósofo contemporâneo **Francis Wolff**⁴ argumenta que, para compreender a essência universal da política e sua ligação com o ser humano em geral, é preciso romper com certas imagens particulares da política.

Quais seriam essas imagens? Ora, são as questões cotidianas que estão na base do nosso entendimento mais imediato da política, citadas já no início deste texto. *Mas, por que romper com elas? Por que evitar essas questões particulares ou específicas? Elas não são relevantes?*

É claro que elas são muito importantes e devem ser profundamente discutidas e elucidadas, porém, num segundo momento. Se enfrentarmos essas questões, antes de tentarmos responder aquelas que as antecedem, elas não serão bem respondidas, além do que, poderão nos distanciar das questões fundamentais – a saber: *O que é a política? Qual é a sua essência? Por que ela existe em todas as culturas e civilizações, ainda que de maneiras diferentes? Ética e política já estiveram juntas algum dia?*

Na busca da resposta, Wolff nos desafia: – é preciso um primeiro esforço no sentido de “*imaginar o que aconteceria sem a política.*”⁵.

Ainda, segundo Wolff, a vida humana pode acontecer a partir das três possibilidades que se seguem:

- Em comunidade, organizada pela existência de uma instância externa à sociedade (o Estado, por exemplo), cuja função seria a efetivação e a manutenção da unidade da sociedade. A política, neste caso, seria coercitiva e o poder estaria localizado fora da sociedade, mas agindo sobre ela.
- Isolada, como a maioria dos animais, talvez em pequenos grupos ou famílias. Essa condição seria praticamente impossível.
- Em comunidade, mas sem a necessidade da política. A vida transcorreria em harmonia, sem diferenças, sem conflitos, nem confrontos, sem a necessidade de leis ou limites.

Retornemos às proposições de Wolff. A primeira é indesejável, afinal, quem gosta de viver sob coerção? A segunda possibilidade, que é a ideia de viver isoladamente, transita entre o romântico e o patético e é anacrônica. A terceira, que propõe a vida sem política, é uma utopia sem sustentação material. Sendo assim, o que nos resta?

Sabemos que vivemos juntos, em sociedade, e não isoladamente. Sabemos que temos diferenças e que os confrontos e conflitos fazem parte da vida em sociedade. Sabemos que existem profundas contradições sociais. Portanto, seja através do ideal de autogoverno ou de uma instância externa à sociedade e, portanto, coercitiva (o Estado), a política é uma dimensão necessária e constitutiva da existência humana; assim, onde houver uma sociedade, haverá política.

Resta saber então: Que tipo de política temos? Que tipo de política queremos? Que política podemos construir?

O ideal político

O ideal político se caracteriza pela existência de uma comunidade e pela construção e manutenção de uma unidade desta comunidade, sem que para isso ela precise submeter-se a um poder externo (do tipo: “*eles*” são o poder; eles fazem as leis que nós devemos obedecer). Não se trata, contudo, de uma defesa da anarquia. É importante registrar que não é possível a vida em comum sem que haja regras e sanções muito claras. Logo, uma comunidade política ideal deve estabelecer suas finalidades, suas regras, suas prioridades, enfim, deve autogovernar-se (nós somos o poder; nós fazemos as leis que normatizam a vida na comunidade e isso constitui a nossa liberdade). No entanto, a história testemunha o quão difícil é a consecução desse ideal do político.

Se houvesse uma comunidade que, em lugar de manter-se por meio de um poder distinto dela mesma (uma instância organizada para esse fim, um chefe todo-poderoso, um grupo dirigente, uma classe dominante, um Estado), se conservasse em sua unidade apenas por sua própria potência, uma sociedade na qual o poder político só pudesse ser localizado na comunidade política em seu conjunto, poderíamos dizer dessa sociedade que ela realizou a ideia do político⁶.

Wolff defende a tese de que apenas duas sociedades conseguiram realizar o ideal político, que é a unidade da comunidade política, sem coerção externa. Quais foram essas sociedades? Essas sociedades foram os atenienses da Antiguidade e os índios do Brasil, de antes da descoberta.

⁶ *Ibidem*, p. 31.

² Hannah Arendt, nascida na Alemanha, de família judaica, estudou filosofia em Berlim com Heidegger e Jaspers. Na segunda guerra mundial, refugiou-se nos Estados Unidos, onde lecionou na *New School for Social Research*. Publicou: *Entre o passado e o futuro*; *A condição humana*; *Origens do totalitarismo*; *Sobre a revolução*; *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*; *O que é política?* (obra póstuma).

³ ARENDT, H. *O que é política?* (Ursula Ludz); Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁴ Francis Wolff é professor de Filosofia da Universidade de Paris e diretor-adjunto da Escola Normal Superior (Paris). Dentre suas publicações mais importantes traduzidas para o português estão: *Aristóteles e a Política*; *Dizer o mundo*; além dos ensaios: *A invenção da política*; *Quem é bárbaro?*

⁵ WOLFF, F. *A invenção da política*. In: NOVAES, A. (org.) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 27.

Certamente você já ouviu falar da genialidade dos gregos e da sua famosa invenção: a democracia na Atenas da Antiguidade. Mas alguma vez já ouviu falar que os índios brasileiros, particularmente os tupis-guaranis, também foram, de maneira diferente, bem sucedidos na aventura de construir uma comunidade política que garantisse uma vida boa aos seus integrantes?

Sabemos pouco sobre as comunidades políticas dos índios brasileiros, e isso se deve, em grande parte, às concepções eurocêntricas e etnocêntricas às quais nossa formação e nossa cultura foram e ainda são submetidas. O antropólogo francês Pierre Clastres é um dos poucos pesquisadores que se dedicaram a essa questão.

Vamos, agora, buscar compreender, num primeiro momento, o que caracterizou a realização da essência do político para os atenienses e para os índios do Brasil. Quais são as aproximações e quais os distanciamentos entre essas culturas tão distantes e, aparentemente, tão distintas? O que diferencia suas políticas daquela que caracteriza a modernidade e a contemporaneidade?

A vida política dos povos indígenas do Brasil e a invasão dos bárbaros

Vamos examinar, conforme anunciamos no início deste texto, uma outra sociedade que, segundo Francis Wolff, atingiu a essência do político – os indígenas do Brasil, particularmente os **tupis-guaranis**, de antes da descoberta.

Os indígenas não têm política, não têm Estado, não têm leis – espantavam-se os colonizadores. Mas, as coisas não eram bem assim, pois, enquanto os invasores europeus tinham uma ideia de Estado como poder externo e coercitivo da sociedade, os indígenas viviam nas aldeias uma outra experiência política, na qual o Estado coercitivo dos europeus não fazia qualquer sentido.

Não é exagero afirmar que, nesse aspecto, os indígenas estavam muito além dos invasores e colonizadores em matéria de política – os indígenas constituíram sua comunidade visando ao bem-estar de todos e sabiam manter a sua unidade através do autogoverno.

A história das colonizações das Américas é basicamente a história da barbárie, justificada pelos invasores como sendo a vitória da civilização. Mas como definir civilização e barbárie?

Francis Wolff, em *Quem é bárbaro?*, apresenta e critica a definição tradicional e conservadora que define como civilizada a sociedade: que urbanizou-se, que libertou-se de costumes grosseiros; que refinou o espírito artístico, filosófico, científico e é também mais desenvolvida tecnologicamente; que desenvolveu normas, princípios morais que estabelecem regras de conduta e de respeito ao outro. Para Wolff, essa ideia é conservadora, porque na história da humanidade existem culturas e civilizações que atendem boa parte desses requisitos e se demonstram violentas na relação com outras culturas. Portanto, diz o filósofo, civilização e barbárie não estão vinculadas ao estágio de desenvolvimento de uma cultura ou civilização, “são bárbaros aqueles que acreditam na barbárie, mas não no sentido de acreditarem que haja culturas inferiores (isso seria paradoxal, pois, como vimos, existem culturas inferiores bárbaras), e sim no sentido de acreditarem que sua própria cultura é a única forma de humanidade possível”⁷.

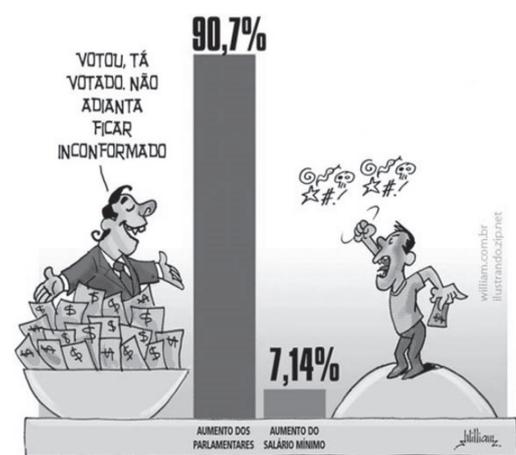
Os tupis-guaranis, de antes da descoberta, conseguiram realizar a essência do político; no entanto, o etnocentrismo dos colonizadores, presente também nos relatos dos viajantes, não permitiu que eles reconhecessem que aquelas comunidades viviam politicamente, e que não se organizavam a partir de um Estado (poder exterior à sociedade) simplesmente porque não tinham a necessidade dele, pois haviam conquistado algo que estava muito distante das possibilidades da civilização europeia: a capacidade de autogoverno.

Nesta breve caminhada pela filosofia política, tivemos a oportunidade de observar algumas diferenças e também aproximações entre a vida política dos gregos de Atenas, nos séculos IV e V a.C., e os indígenas brasileiros de antes da descoberta.

Pudemos também constatar que, apesar de tantas distinções, existem pontos comuns entre a política dos atenienses e dos indígenas brasileiros de antes da descoberta e a chamada democracia moderna e contemporânea – os princípios da igualdade política e da soberania do povo.

No entanto, é preciso analisar atentamente o que entendemos por igualdade e por soberania na política atual. É preciso questionar a quem pertence à retórica em nossa sociedade, e qual é o seu verdadeiro objetivo. É preciso lembrar que a igualdade política na contemporaneidade foi reduzida à eleição e a soberania continua pertencendo ao povo, porém, através de representantes. Quem detém o poder e como o utiliza? Qual é a essência do político? Para finalizar, podemos pensar que a busca da essência do político se dá pela investigação dos fundamentos e das finalidades que organizam e determinam a vida política de um povo, e não apenas pelas formas imediatas de sua aparência.

A Política e o cotidiano



Se a política faz parte de nossa vida, estando presente em todas as relações sociais, por que essa forma de vivência não é consciente em nosso cotidiano? Por que a participação política do indivíduo é tão limitada?

Podemos entender, em parte, essas questões ao considerar as condições modernas da política. Em geral, a forma de governo dos Estados modernos é a democracia representativa, caracterizada pela constituição de poderes autônomos entre si (Executivo, Legislativo e Judiciário), organizados com base na ordem jurídica instituída (Constituição, leis etc.), pelo exercício do voto secreto e universal e pela ação dos partidos políticos, que expressam a diversidade de pontos de vista sociais.

Nesse contexto, a participação política dos indivíduos parece limitar-se à escolha dos representantes para os cargos eletivos entre os candidatos de vários partidos. A ação política parece concentrar-se no Estado, na estrutura institucional e na atividade dos políticos eleitos pela sociedade. Estes, quer o enunciem claramente ou não, representam os interesses de grupos sociais: há políticos que se empenham na defesa dos direitos civis, na ampliação dos espaços de participação política e no respeito à coisa pública, agindo com dedicação e transparência. Mas nem todos são assim. Há também os que se dedicam aos favorecimentos. Confundem o espaço público com o privado, ao utilizar-se do poder que lhes foi delegado para beneficiar grupos particulares.

7 WOLFF, F. *Quem é bárbaro?* In: Novaes, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P. 42.

Os indivíduos, membros da sociedade civil, têm sua vida afetada por decisões políticas tomadas pelo poder institucional, que elabora as leis que regulam a sociedade. Daí a importância de conhecermos o processo político e dele participarmos, pois todas as decisões de nossos representantes no Parlamento nos atingem direta ou indiretamente.

Vejam alguns exemplos de como as decisões políticas nos afetam de modo direto ou indireto: as relações de trabalho são regulamentadas por uma legislação elaborada e sancionada por nossos representantes políticos; nela se estabelecem os direitos e deveres do empregador e do empregado. Nosso acesso aos benefícios sociais, como saúde e educação, também é prescrito por leis e ações advindas do Congresso Nacional. Se nos dispomos a reivindicar nossos direitos por meio de uma greve, podemos sofrer repressão policial. Em momentos de crise econômica e recessão, muitos trabalhadores perdem seus empregos e procuram sobreviver como vendedores, lavadores de carros e outras formas de subemprego; seus filhos precisam abandonar a escola para auxiliar no orçamento da família e acabam vendendo objetos nos semáforos.

Se observarmos um pouco mais a realidade brasileira, veremos que ocorre uma intensa concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto uma multidão se encontra nos limites da miséria. Há falta de escolas públicas, hospitais e moradias. Muitos camponeses lutam por uma distribuição equitativa da terra, que lhes dê condições de viver de seu trabalho com dignidade. As mulheres ainda são discriminadas profissionalmente. Presos comuns são massacrados em penitenciárias. Existem problemas de saneamento urbano, transporte, poluição. Enfim, a lista parece infindável.

Todos esses problemas nos dizem respeito e somos responsáveis por eles, pois participamos da vida da sociedade e dos conflitos que nela ocorrem. Muitas vezes, porém, não temos consciência disso, não percebemos como nossas escolhas individuais podem contribuir para consolidar uma situação instituída ou para esclarecer as contradições sociais.

Nossa visão de mundo fragmentada reflete os valores de um sistema econômico que se alimenta da exploração do trabalho e funciona com base na troca, mercado, dinheiro, lucro. Esses valores se manifestam em relações sociais em que prevalecem a competição, a concorrência e a hostilidade entre os indivíduos.

Embora a divisão da sociedade em classes e os conflitos sociais sejam evidentes, a sociedade constantemente nos é apresentada como uma unidade. Na atividade política institucional que se manifesta em discursos ou ações de políticos ou do Estado, interesses de uma classe social são apresentados como interesses de toda a sociedade. Na sociedade civil, os meios de comunicação de massa, a escola, as igrejas, as empresas e a família veiculam uma interpretação parcial da realidade, em que o indivíduo, isolado, é responsabilizado pela situação em que se encontra, como se ela dependesse apenas de sua vontade, de suas características individuais (esforço, preguiça, perseverança etc.) ou das chances que a sorte lhe oferece. As explicações para os acontecimentos baseiam-se na natureza humana e não nas desigualdades e conflitos que caracterizam a estrutura social. Nesse contexto, fica difícil compreender e assumir nossa responsabilidade para com a coletividade.

A indiferença política

O desinteresse da maioria dos indivíduos pelos assuntos públicos é um dos grandes problemas políticos nas sociedades modernas. Os indivíduos são levados ao isolamento pelo predomínio de valores individualistas e de interesses estritamente particulares, assim como pela submissão às leis do mercado e do consumo. Nesse contexto, perde-se o sentido do que é comunitário e não se percebe a importância da participação na vida coletiva. O bem público deixa de ser entendido como o bem produzido por todos para toda a sociedade;

aparece como um bem que não pertence a ninguém e, por isso, pode ser depredado ou apropriado por qualquer um. Além disso, as formas de delegação do poder e a formação de um comportamento social unificado pela atuação dos meios de comunicação de massa contribuem para que a indiferença política se instale. Além dos que não participam por desconhecer o seu papel no processo político, há os indiferentes conscientes, aqueles que compreendem a situação, mas não tomam partido e encaram a vida política com ceticismo.



Em ambos os casos, a indiferença e a consequente passividade desempenham um papel desagregador na política. Os indivíduos cuidam de suas atividades pessoais e deixam as decisões políticas nas mãos de pequenos grupos que, movidos por ambições e paixões particulares, traçam os destinos de um povo.

Da indiferença dos indivíduos pode nascer a política autoritária, a corrupção e todas as formas de desmandos. A falta de transparência na política, a ausência de controle e de cobrança da sua atuação ocorrem, em grande parte, porque muitos se omitem, tornam-se apáticos, renunciam à possibilidade de criar alternativas de intervir na política.

Quando os males acontecem, os indiferentes eximem-se da responsabilidade, porque não participaram ativamente na construção dos fatos. Esquecem-se de que a ausência e a omissão também são formas de participação. De qualquer modo, todos estão implicados.

A cidadania

Na sociedade moderna, nascida das transformações que culminaram na Revolução Francesa, o indivíduo é visto como homem (pessoa privada) e como cidadão (pessoa pública). O termo *cidadão* designava originalmente o habitante da cidade. Com a consolidação da sociedade burguesa, passa a indicar a ação política e a participação do sujeito na vida da sociedade.

Assim, como vimos, cidadão é o indivíduo que possui direitos e deveres para com a coletividade da qual participa – existem interesses comuns que o cidadão precisa respeitar e defender por meio da atuação na vida pública.

03. (Enem/2010) A política foi, inicialmente, a arte de impedir as pessoas de se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. Cadernos. *Apud* BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1996.

Nessa definição, o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta. Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- A) A distribuição equilibrada do poder.
B) O impedimento da participação popular.
C) O controle das decisões por uma minoria.
D) A valorização das opiniões mais competentes.
E) A sistematização dos processos decisórios.
04. (Enem/2009) Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do Nazismo, na Alemanha, e do Fascismo, na Itália, Espanha e Portugal. A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se
- A) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
B) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
C) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
D) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
E) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.
05. (Fepese/2009) É possível distinguir uma democracia pelos seus aspectos formais e substanciais. Isso significa que
- A) podemos distinguir o Estado de direito do Estado autoritário.
B) podemos definir o alcance social de uma democracia pelos órgãos e cargos representativos de que dispõe o Estado.
C) a existência da democracia formal é equivalente à existência da democracia substancial.
D) podemos distinguir os meios institucionais de que dispõe o Estado das ações que realmente alcançam a sociedade.
E) a democracia substancial é sempre proporcional ao poder conferido aos órgãos e cargos representativos e, portanto, não serve para definir o seu alcance social.
06. (Fundação Cesgranrio/2009) X se refere ao que é bom ou justo e às melhores normas de convivência. Y é a ciência normativa sobre o poder e o governo da sociedade. Z é o conjunto de direitos e deveres de um indivíduo em relação à sociedade em que vive. Das afirmações acima, conclui-se, que
- A) X = Ética; Y = Política e Z = Cidadania.
B) X = Cidadania; Y = Política e Z = Ética.
C) X = Política; Y = Cidadania e Z = Ética.
D) X = Ética; Z = Cidadania e Y = Pluralismo.
E) X = Cidadania; Y = Política e Z = Justiça.

07. (Fundação Cesgranrio/2009) "Ninguém aqui é freira e nós não estamos em um convento. E não me consta que num convento também não tenha brigas."

Luiz Inácio Lula da Silva, 13 abr. 2009, *Declaração feita na cerimônia de assinatura do Pacto dos Três Poderes*. www.tvi.com.br.

A declaração do Presidente demonstra uma concepção sobre a política como

- A) ciência do poder e dos meios de exercê-lo, segundo a definição de Maquiavel.
B) poder dos argumentos num diálogo racional, conforme Habermas.
C) construção da cidade e do poder comum, na definição aristotélica.
D) felicidade possível para o maior número de cidadãos, de acordo com John Stuart Mill.
E) espaço da divergência e dos confrontos públicos de poderes, numa definição marxista.
08. (Fundação Cesgranrio/2009) "A cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro de pleno direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente. O estatuto de cidadão é, em consequência, o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política, comunidade que, desde as origens da era moderna, adquire a forma de Estado nacional de direito".

CORTINA, Adela. *Cidadãos do Mundo*, SP: Loyola, 2005, p. 31.

O trecho acima representa uma tentativa de definir a cidadania política. A partir das ideias da filósofa, afirma-se que

- A) cultura, política e cidadania constituem um Estado nacional.
B) vínculo político é o que constitui a identidade do cidadão.
C) identidade cidadã é dada pelo Estado democrático.
D) cidadania política é uma das marcas do medievo.
E) lealdade política configura o cidadão moderno.
09. (Enem/2011)

Texto I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. et al. "Ética e Cidadania." *Caminhos da Filosofia*. Campinas: Papyrus, 1997 (adaptado).

Texto II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>
Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por

- A) orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- B) fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- C) apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- D) propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- E) promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

10. (Enem/2013) Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres *gays* nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. *Gays* e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente *gay*. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS. A. *Na máquina do tempo*. Época. ed. 766,28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

- A) ampliação da noção de cidadania.
- B) reformulação de concepções religiosas.
- C) manutenção de ideologias conservadoras.
- D) implantação de cotas nas listas partidárias.
- E) alteração da composição étnica da população.

11. (Enem/2014) Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas. Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.

NOBRE. M. *Dois Ismos que não rimam*. Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2014 (adaptado).

A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da

- A) dispersão regional do poder econômico.
- B) polarização acentuada da disputa partidária.
- C) orientação radical dos movimentos populares.
- D) condução eficiente das ações administrativas.
- E) sustentação ideológica das desigualdades existentes.

12. (UERJ/2012)

Democracia: governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

O conceito de democracia apresentado acima se relaciona diretamente com a prática de:

- A) unidade sindical.
- B) socialização da riqueza.
- C) estabilidade constitucional.
- D) autodeterminação das minorias.

13. (Enem/2014)

Texto I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

Texto II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB. 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)

- A) prestígio social.
- B) acúmulo de riqueza.
- C) participação política.
- D) local de nascimento.
- E) grupo de parentesco.

14. (PUC/2002 - Adaptada) De acordo com seus conhecimentos sobre o Totalitarismo, indique a alternativa abaixo que está incorreto.

- A) Na economia, o totalitarismo teve um caráter intervencionista por parte do Estado, sendo que qualquer outra forma de ordenação das atividades produtivas seria contrária ao fortalecimento da economia e do próprio governo.
- B) Na esfera política, o totalitarismo reprimiu sistematicamente a existência de diferentes grupos políticos divergentes da orientação oficial. Por isso, tais governos costumemente defenderam a adoção de um sistema unipartidário, sendo nenhum outro grupo político aceito.
- C) O ufanismo nacionalista foi repetidas vezes comemorado por meio de manifestações públicas, feriados nacionais, cartazes, canais de comunicação do Estado e políticas educacionais, supervalorizando um passado de glórias e oferecendo uma perspectiva de futuro onde a unidade do povo oferecia um provir próspero e soberano.
- D) Os governos totalitários estabeleceram as forças armadas e polícias como uma extensão do Estado, com a polícia no papel de garantia da submissão ao governo, utilizando de violência física, tortura, prisões arbitrárias, espionagem, censura e exílio. As forças armadas, complementando essa ação, deviam estar fortemente munidas contra qualquer ameaça externa.
- E) O totalitarismo não contou com uma ideologia sistematicamente reafirmada por meio de agências de propaganda. O abandono de uma propaganda massiva impedia que o regime repetisse sistematicamente uma visão histórico ideológica da nação, que era contrária aos ideais totalitários.

15. (UERJ/2002)

Nessa forma de organizar o Estado, o sistema habilita o governo central a representar as várias entidades territoriais que possuem interesses em comum – por exemplo, defesa, relações exteriores e comunicações – e permite que essas entidades mantenham suas próprias identidades, suas próprias leis, planos de ação e usos em diversos campos.

Adaptado de GLASSNER, Martin I. Geografia política. Buenos Aires: Editorial Docencia, 2000.

O texto acima remete a um elemento importante da organização das sociedades contemporâneas: a dimensão político-territorial. No caso, a descrição feita no texto diz respeito ao seguinte tipo de Estado Territorial:

- A) misto
- B) federal
- C) unitário
- D) associado

Resoluções

01. A transição do Estado Patrimonial para o Estado Gerencial, ou, usando um critério diferente de classificação, do Estado Autoritário para o Estado Democrático, foi, portanto, imensa, mas plena de contradições. A política deixou de ser uma mera política de elites para começar a ser uma democracia de sociedade civil, em que a opinião pública tem importância crescente, embora os traços elitistas e a baixa representatividade dos governantes continuassem presentes. A economia passou por intenso processo de industrialização, mas nem por isso se tornou desenvolvida, já que os países ricos cresceram a taxas por habitante maiores e aumentaram a sua distância econômica e tecnológica em relação ao Brasil. A sociedade não mais é uma Sociedade Senhorial, de senhores e escravos, mas não se transformou em uma Sociedade Capitalista clássica, de burgueses e trabalhadores; foi além e assume características crescentes de uma Sociedade Pós-Industrial, na medida em que o pequeno estamento burocrático estatal deu lugar a uma imensa nova classe média burocrática ou tecnoburocrática pública e privada, cujos estratos mais elevados passaram a dividir com a alta burguesia não apenas o poder mas também o excedente econômico. Isto ocorria principalmente porque a nova classe média profissional se definia pelo controle do novo fator estratégico de produção: o conhecimento técnico e organizacional. A burguesia capitalista e os trabalhadores organizados ampliaram suas bases e se diversificaram. Uma imensa camada de trabalhadores pobres senão miseráveis, entretanto, continuou mal absorvida pelo sistema capitalista e excluída dos benefícios do desenvolvimento econômico. Assim, vemos que o Estado neoliberal consolida-se nos anos 1990 em todo o mundo, e passa a assentar-se na substituição da primazia do estado pela do mercado na regulação social. O modelo neoliberal está centrado na predominância do capital financeiro (sobre o capital produtivo).

Resposta: C

02. O pensamento libertário influenciou a forma de Foulcault pensar o Ocidente. Para ele, o poder não poderia ser compreendido como uma regra geral ou como lei, em outras palavras, o poder não é algo exclusivo de alguns grupos. Foulcault defende o pensamento de que, para se estudar o poder, se deve deixar de lado a soberania do Estado.

Resposta: E

03. O texto expõe a trajetória da política ao longo do tempo e a alteração de suas formas de utilização pelos poderes institucionais constituídos. Se, numa primeira fase, o autoritarismo procurou limitar a inserção dos segmentos populares, num momento democrático, buscou evitar a plena consciência das massas, no sentido de manietá-las aos seus interesses particulares. Numa ou noutra condição, a relação de poder demonstra claramente uma preocupação em manter o controle do processo decisório nas mãos de uma minoria.

Resposta: C

04. A questão aborda a influência do totalitarismo, fenômeno político do século XX, que mobilizou grandes segmentos da sociedade em vários países. Ao mesmo tempo em que mobilizou massas, o totalitarismo caracterizou-se pelo sectarismo, destruindo a autonomia dos indivíduos, ao arregimentá-los a partir de uma ideologia imposta pelo terror, a fim de evitar a dissidência.

Resposta: A

05. O ideal de uma sociedade verdadeiramente democrática é que ela seja uma democracia formal e substancial. Embora haja variações nos graus de aproximação desse ideal, sabemos que pelo menos até agora nenhuma nação preencheu totalmente tais requisitos, o que não nos impede de elaborarmos projetos a serem perseguidos na construção de um mundo melhor. O aspecto formal da democracia consiste no conjunto das instituições características deste regime: o voto secreto e universal, a autonomia dos poderes, pluripartidarismo, representatividade, ordem jurídica constituída, liberdade de pensamento e expressão e assim por diante. Trata-se propriamente das "regras do jogo" democrático, do estabelecimento dos meios pelos quais a democracia se exerce. A democracia substancial diz respeito não aos meios, mas aos fins que são alcançados, aos resultados do processo. Dentre estes valores se destaca a efetiva — e não apenas ideal — igualdade jurídica, social e econômica. Portanto, a democracia substancial diz respeito aos conteúdos alcançados de fato.

Resposta: D

06. Questão simples que exige do aluno o conhecimento de conceitos básicos, tais como: ética, política e cidadania.

Resposta: A

07. A questão exigia do aluno o conhecimento e a compreensão de alguns conceitos políticos desenvolvidos ao longo da história, para relacioná-los com a fala do ex-presidente Lula. Seria mais fácil se o aluno tivesse claro que na teoria a estrutura política perseguida pelo governo petista era (e é) baseado em princípios marxistas.

Resposta: E

08. Questão de interpretação textual acerca da definição de cidadania política.

Resposta: B

09. O espaço público, desde a sua concepção, é o local adequado para a excelência e a realização do homem. E o constante movimento nesse ambiente de participação e interação popular que alimenta, revigora e vigia o processo democrático, as ações políticas, as trocas e mudanças sociais. A esfera pública política sempre foi vista como o lugar da comunicação, da deliberação, do debate e da participação cívica. Hoje, reconfigurada e ampliada em espaço de diversão, lazer, ócio, contatos pessoais, profissionais e outros, essa esfera permite a percepção dos dilemas coletivos, o reconhecimento da diversidade de pontos de vista e o exercício da liberdade de expressão.

Resposta: B

10. A sociedade ocidental, na virada do milênio, obteve um imenso debate acerca dos antigos tabus, como a homossexualidade. Essa realidade permitiu a disseminação, apesar de protestos de grupos conservadores, do conceito de cidadania e de liberdade, em grande parte da população. Como consequência, antigos valores tradicionais estão sendo reavaliados, ferindo o coração e a alma da própria sociedade, discutindo o papel, inclusive o da família, do estado e da religiosidade. Obviamente, apesar do debate estar acelerado, as mudanças culturais, comportamentais, ideológicas e psicológicas são lentas.

Resposta: A

11. O texto expressa uma análise crítica em relação ao jogo político; definindo a existência de um processo de manipulação que visa fazer a sociedade brasileira acreditar-se conservadora e resistente aos instrumentos de mudança. O autor expõe essa realidade desfechando a sua opinião em oposição a essa realidade e caracterizando a nossa sociedade como "muito mais avançada que o sistema político".

Resposta: E

12. A democracia, como sistema de governo, apresenta variações históricas em sua organização e funcionamento. No mundo contemporâneo, atende a alguns princípios gerais, como, por exemplo: a expansão da representatividade e dos direitos igualitários de participação e de elegibilidade, a universalização dos direitos políticos e a garantia constitucional e jurídica desses direitos. Na definição de democracia presente no *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, enfatiza-se não só a participação do povo nas decisões políticas, como também a importância da existência de uma ordem legal permanente, garantida hoje, principalmente, na vigência de leis constitucionais estáveis.

Resposta: C

13. O desenvolvimento da Democracia como instrumento de cidadania em Atenas foi o resultado de um lento processo de elaboração e contou com a incursão de ações políticas variadas, permeando administrações como a de Psistrato, Dracon, Solon e Clístenes; bem como com os desdobramentos do governo de Péricles. Tanto Aristóteles quanto Tucídides exaltam o conceito de cidadania pela necessidade e capacidade de ampla participação do indivíduo ativo.

Resposta: C

14. A propaganda de massas foi uma das principais características do totalitarismo. Através do cinema, teatro, cartazes e até da arquitetura, os regimes totalitários buscavam veicular seu ideal de nação unificada.

Resposta: E

15. O Estado Federativo é marcado pelo partilha parcial da soberania com os entes federativos, os quais abrem mão da soberania plena e da possibilidade de secessão, ou seja, de desligar-se da federação. Eles preservam, no entanto, diversas prerrogativas nos campos legislativo, jurídico, fiscal e executivo.

A descrição apresentada no texto alude a essas características do pacto federativo, no caso, as atribuições do poder central, como defesa e relações exteriores, e aquelas concernentes às unidades da federação, como a elaboração de leis e de planos de ação.

Resposta: B